

EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS COMO ALTERNATIVA PARA A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA: A EXPERIÊNCIA DA INES / UFU

Supportive enterprises as an alternative for work and income generation: the experience of INES/UFU

Peterson Elizandro Gandolfi¹

Gabriel Humberto Munõz Palafox²

Humberto E. P. Martins³

Marcílio Ferrari⁴

Maria Francisca Britto⁵

Maria Raquel Caixeta Gandolfi⁶

RESUMO: Este artigo trata do processo de constituição da Incubadora de Empreendimentos Solidários (INES) no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Em primeiro lugar, é discutida a base conceitual, com atenção a conceitos-chave como Economia Solidária e Cooperativismo, situando esses elementos na bibliografia recente sobre o tema. Em seguida, é analisado o processo de constituição da Incubadora, com destaque para o histórico desse processo, a metodologia construída para atuação, os principais grupos envolvidos e resultados preliminares. Neste contexto, destaca-se o processo de incubação de uma cooperativa - a Cooperdoce - considerando a realidade social em que estão inseridas as cooperadas. Os resultados do estudo indicam que a metodologia para desenvolvimento desses empreendimentos não é algo previamente delimitado, mas tende a ser aberta, construída ao longo do próprio processo. Além disso, a análise da experiência em curso aponta para o potencial desses empreendimentos como alternativa de geração de emprego e renda, em que pesem as dificuldades inerentes ao processo.

UNITERMOS: Cooperativismo. Economia Solidária. Geração de Trabalho e Renda.

ABSTRACT: The purpose of this article is to analyze of the constitution process of the Incubation Supportive Enterprises (INES) at Federal University of Uberlândia (UFU). Firstly, the basic concept is discussed giving attention to the key concept as Supportive Economy and Cooperativism, seeing these elements in the most recent bibliography on the subject. After that, the constitution process of the Incubation is analyzed, focusing on the description, the methodology constructed for performance, the main groups involved and the preliminary results. In this context, the incubation process, the co-operative Cooperdoce is emphasized, considering the social reality where the cooperative members are inserted. The results of the study indicate that the methodology for development of these enterprising is not something previously delimited, but it tends to be open and formed throughout the process. Moreover, the analysis of the experience in course

¹ Mestre em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia e Professor da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia.

² Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Professor da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia.

³ Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

⁴ Graduado em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia e voluntário na Incubadora de Empreendimentos Solidários – INES/UFU.

⁵ Voluntária na Incubadora de Empreendimentos Solidários – INES/UFU.

⁶ Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de Uberlândia e voluntária na Incubadora de Empreendimentos Solidários – INES/UFU.

points towards the significant potential of these enterprising as alternative for a work generation and income, despite the inherent difficulties the process.

KEYWORDS: Cooperativism. Solidary Economy. Work Generation and Income.

A luta pelo emprego é a luta política pelo desenvolvimento e crescimento econômico e social. No Brasil, a partir dos anos de 1990, o debate sobre a geração de empregos não pode ser feito desacompanhado da discussão sobre a precarização do trabalho, o que pode ser revertido com iniciativas baseadas nos valores do associativismo e da economia. Iniciativas deste tipo vêm contribuindo para o desenvolvimento de alternativas de geração de emprego e renda, mesmo que de alcance limitado. Especificamente, no presente trabalho discutir-se-á uma experiência em curso: a constituição de uma incubadora de empreendimentos solidários no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia, com destaque para o histórico desse processo, a metodologia construída para sua atuação, os principais grupos envolvidos e resultados preliminares, e o processo de incubação de uma cooperativa, a COOPERDOCE.

Economia Solidária e Cooperativismo: base conceitual

A questão da origem da Economia Solidária vem sendo amplamente debatida nos últimos anos. De acordo com Singer (2002), a *Economia Solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e organização fabril da produção* (SINGER, 2002, p. 24), surgindo na Europa por meio do sistema de cooperativismo (experiências associativistas: operários de sociedade de socorro mútuo unidos pelo ideário da cooperação e da associação). Nessa perspectiva, a origem histórica da economia solidária tem uma ligação essencial com a crítica operária e socialista do capitalismo. O programa da Economia Solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas opostas a este modo de produção.

As cooperativas e associações de produção auto-gestionárias tem como fator de crescimento o alto índice de desemprego, que tem excluído milhões do mercado formal brasileiro. *Para pessoas humildes, que sempre foram estigmatizadas por serem pobres – sobretudo mulheres e negros, vítimas de discriminação por gênero e raça - a experiência cooperativa enseja verdadeiro resgate da cidadania* (SINGER, 2002). Isto devido, principalmente, às diretrizes que nortearam os ideais e os fundamentos solidários, tais como: bases conceituais na auto-gestão; estabelecimento de um novo relacionamento entre economia e sociedade; novas possibilidades de sustentação das formas de vida dos indivíduos, não centradas apenas nas esferas do Estado e do mercado. A economia solidária difere da economia de mercado que separa oferta e demanda. Nela, a oferta ou serviços prestados vinculam-se exclusivamente às necessidades ou demandas reais vividas localmente pelas populações. Outro aspecto é que, enquanto a economia de mercado tende a excluir os “menos aptos” do mercado de trabalho, a Economia Solidária lida com uma pluralidade de princípios econômicos mediados pela lógica da dádiva.

Abaixo, podemos distinguir as principais diferenças entre economia capitalista e Economia Solidária (Quadro 1), a diferença entre os princípios organizativos que regem a economia solidária e o cooperativismo (Quadro 2), e os valores que devem prevalecer dentro do contexto de Economia Solidária e valores cooperativos (Quadro 3).

Economia Capitalista	Economia Solidária
<ul style="list-style-type: none"> • Centrada no capital e na propriedade privada • Competição • Voltada para interesse individual • Heterogestão • Hierarquia de funções 	<ul style="list-style-type: none"> • Centrada nos fatores humanos • Cooperação • Voltada para o interesse coletivo • Autogestão • Administrada democraticamente

Quadro 1: Comparativo entre Economia Capitalista e Economia Solidária

Economia Solidária	Cooperativismo
<ul style="list-style-type: none"> • Posse coletiva dos meios de produção • Gestão democrática da organização, por participação direta ou por representação • Repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados por todos • Destinação do excedente anual (denominado sobras) • A cota básica do capital de cada cooperado não é remunerada; somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado 	<ul style="list-style-type: none"> • Adesão livre e voluntária • Gestão democrática pelos membros • Participação econômica dos membros • Autonomia e independência • Educação, formação e informação • Intercooperação • Interesse pela comunidade

Quadro 2: Comparativo entre os princípios organizativos da Economia Solidária e do Cooperativismo

Economia Solidária	Cooperativismo
<ul style="list-style-type: none"> • Ajuda mútua • Responsabilidade • Democracia • Igualdade • Equidade e Solidariedade • Valores Éticos • Honestidade • Transparência • Responsabilidade social 	<ul style="list-style-type: none"> • Humanismo • Liberdade • Igualdade • Solidariedade

Quadro 3: Comparativo entre os valores da Economia Solidária e valores do Cooperativismo

Percebe-se que os princípios organizativos e os valores característicos da Economia Solidária contrastam fortemente com aqueles característicos da economia capitalista tradicional. Ao mesmo tempo, pode-se afirmar que esses princípios e valores são amplamente compatíveis com aqueles do Cooperativismo, sendo idênticos em alguns casos.

Em relação às perspectivas da Economia Solidária, pode-se dizer que existe uma projeção de crescimento acelerado para o seu futuro. Conforme Singer (2002), *a Economia Solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em todos os membros da sociedade o desejo de trabalhar. Ela poderá ser uma alternativa superior ao capitalismo* (SINGER, 2002).

Alternativa superior, principalmente no sentido de abarcar perspectivas e sonhos de pessoas desprovidas de esperança e descrentes de uma realidade mascarada, na qual somente os mais aptos e os mais competitivos sobrevivem em um contexto de extrema desigualdade social e de distribuição de renda e em que uma grande maioria está excluída do mercado formal de trabalho e, portanto, excluída também de renda e de direitos. Por isso, enquanto não tivermos uma alternativa séria e viável, principalmente no que tange ao aumento do emprego, à diminuição da desigualdade social e à melhora na distribuição de renda – o que, dificilmente, o capitalismo incorpora – a Economia Solidária, no que diz respeito aos princípios que abraça, constitui uma alternativa importante de inserção social.

Evolução da Economia Solidária no Brasil

No Brasil, a Economia Solidária surgiu, de forma esparsa, na década de 1980, tomando impulso crescente a partir da segunda metade dos anos de 1990. A etapa inicial de seu surgimento se deu a partir de cooperativas de produção em empresas falidas. Na década de 1990, empresas auto-gestionárias fundaram a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas Auto-gestionárias e de Participação Acionária (ANTEAG), que foi uma das formas encontradas para incorporar ex-funcionários para que não fossem demitidos.

Outro movimento vinculado à Economia Solidária é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que luta contra a exclusão, organizando-se em cooperativas para viabilizar economicamente os assentamentos.

Em meados da década de 1990, surgem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), que pertencem às universidades e se dedicam à organização da população mais pobre em cooperativas de produção e/ou de trabalho. Seu propósito fundamental, entre outros, seria o de fornecer pleno apoio administrativo, jurídico-legal e ideológico na formação política das cooperadas.

São entidades importantes de apoio à Economia Solidária:

- ITCP (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares);

- ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário);
- CUT (Central Única dos Trabalhadores, em parceria com a Unitrabalho);
- DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

São entidades fomentadoras de empreendimentos solidários:

- Cáritas do Brasil (órgão da CNBB)
- FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional)

A Economia Solidária no Brasil surge, então, da articulação de movimentos sociais e empreendimentos econômicos solidários que, a partir da plataforma de democratização da economia por meio da produção, comercialização e consumo, constroem democraticamente a agenda nacional dessa economia em nosso país.

Fruto da organização de trabalhadores organizados, que vem resistindo ao desemprego, à exclusão social, à ausência de políticas públicas que priorizem políticas sociais em detrimento de políticas econômicas, e em busca de uma sociedade solidária e sem competição, a Economia Solidária em nosso país avança a cada dia que passa, seja na construção e na ampliação de movimentos sociais ou na construção de políticas públicas específicas para a temática.

Considera-se que o grande momento de encontro da Economia Solidária no Brasil foi, sem dúvida, aquele de realização das diversas edições do Fórum Social Mundial (FSM) que, além de pautar esse tipo de economia e promover a aproximação de movimentos sociais e empreendimentos econômicos solidários, culminou na fundação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, no ano de 2003.

Para tanto, foram necessários diversos momentos para a articulação nacional da Economia Solidária, quais sejam:

1. a realização de oficina⁷ (atividade auto-gestionária) durante o I Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre (RS) no ano de 2001, primeiro passo para a sensibilização e articulação entre atores sociais da Economia Solidária (trabalhadores, agentes, poder público etc.);
2. o lançamento da rede global da Economia Solidária, com o objetivo de aproximar as experiências mundiais presentes no I Fórum Social Mundial. Conforme o Grupo de Trabalho da Economia Solidária (2003), *começava ali um amplo, intenso e diverso intercâmbio entre diferentes redes e organizações internacionais;*
3. a criação de Grupo de Trabalho (GT) da Economia Solidária no interior da estrutura organizativa do FSM no ano de 2001, de suma importância para articulação, no ano de 2002, de novos atores sociais da Economia Solidária do Brasil e do mundo. Além disso, constou da programação oficial do II Fórum Social Mundial uma conferência integrante do chamado Eixo 1 – Produção de riquezas e reprodução social –, além da realização do

⁷ A oficina intitulada de “Economia Popular Solidária e Autogestão: novas formas de geração de trabalho e renda e o princípio de uma rede global do campo de economia solidária”, contou com a presença de 1500 pessoas.

Seminário de Economia Solidária, como um dos seminários principais do Fórum;

4. a organização, por parte do GT Brasileiro da Economia Solidária, da I Plenária Brasileira da Economia Solidária, em dezembro de 2002 que, de acordo com os organizadores, *foi muito rica em diagnósticos e proposições para o avanço da economia solidária no país.* A plenária organizou grupos temáticos assim denominados: crédito; marco legal; redes de produção, comercialização e consumo; organização social da Economia Solidária.

A Plenária da Economia Solidária apontou como uma ação estratégica a construção de um Fórum Permanente para discussão, reflexão e articulação das experiências de Economia Solidária existentes no Brasil. Para tanto, a Plenária deliberou a realização, no III Fórum Mundial Social, de uma oficina para a construção do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

Durante III Fórum Mundial Social, o recém empossado Presidente Lula anunciou a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. A partir de então, a Economia Solidária estaria pautada não apenas pelo movimento social organizado, já que o Governo Federal, pela primeira vez em sua história, viria a traçar uma estratégia de apoio e construção da Economia Solidária de Estado por meio da elaboração de políticas públicas específicas para esse fim.

No mesmo ato de criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária(SENAES) foi instituído o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). De caráter consultivo e deliberativo, o CNES tem como funções a proposição de diretrizes para as políticas de Economia Solidária dos ministérios e secretarias que o integram e o acompanhamento da execução dessas políticas.

A SENAES participa ativamente do CNES por meio de sua Secretaria Executiva e atua como elo entre as proposições da sociedade civil organizada e o Governo Federal. Atualmente o CNES é composto por 56 entidades oriundas de três setores diferentes: Governo, Empreendimentos de Economia Solidária e Entidades Não Governamentais de fomento e assessoria à Economia Solidária.

Desde a criação da SENAES, algumas ações estratégicas foram desenvolvidas para a consolidação da Economia Solidária em nosso país enquanto estratégia de desenvolvimento:

- A) Criação do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. O Programa, impresso no Plano Plurianual (PPA) Brasil de Todos – 2004-2007, apresenta diversas ações para a articulação e efetivação de políticas públicas nacionais de Economia Solidária tais como a Ação de Promoção do Consumo Responsável e Comércio Justo, que organiza e estimula a realização de Feiras em Rede de Economia Solidária em todo o País.
- B) Construção do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Também uma ação do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, o SIES foi desenvolvido pela SENAES em parceria com o FBES, sendo seu instrumento a identificação, o registro e a análise de informações específicas de empreendimentos econômicos solidários e

entidades de apoio e fomento. Serve ainda como instrumento de publicização da Economia Solidária no Brasil, uma vez que todos os dados são públicos e amplamente divulgados tanto na internet quanto por meio de publicações impressas.

Dentre os principais objetivos do SIES, podemos destacar os seguintes: i) subsidiar a formulação de políticas públicas; ii) subsidiar a elaboração do marco jurídico adequado à Economia Solidária; iii) facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em Economia Solidária; e, iv) constituir uma base nacional de informações da Economia Solidária com identificação e caracterização de empreendimentos econômicos solidários.

O primeiro passo para a construção do SIES foi o I Mapeamento de Empreendimentos Econômicos Solidários⁸ realizado no ano de 2005 em todo o país. Na oportunidade, mais de 20.000 experiências foram mapeadas (empreendimentos econômicos solidários e entidades de apoio).

Em 2007 foi realizado um segundo mapeamento no Brasil, sendo que, no Estado de Minas Gerais, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), por meio da Incubadora de Empreendimentos Solidários (INES), foi responsável pelo mapeamento nas regiões Noroeste, Oeste, Sul, Sudoeste, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba⁹.

- C) Criação da Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária no Brasil¹⁰. O lançamento da Frente Parlamentar, composta por deputados e senadores é um marco na história do legislativo brasileiro, uma vez que aproxima a agenda dos movimentos sociais da Economia Solidária do parlamento brasileiro. Composta atualmente por 184 congressistas, a Frente será um fórum permanente e suprapartidário de debates, estudos e elaboração legislativa para as ações da Economia Solidária no Brasil.

Basicamente seus objetivos são: i) promover políticas e ações que objetivam fortalecer os empreendimentos auto-gestionários e cooperativos; ii) apoiar iniciativas públicas e privadas que tenham como objetivo o desenvolvimento de atitudes e habilidades visando o conhecimento do mercado, gestão cooperativa e o conhecimento sobre formas de administração coletiva; iii) acompanhar e apoiar políticas e ações que objetivam o desenvolvimento da idéia do empreender e cooperar; e, iv) acompanhar a tramitação de matérias na Câmara dos Deputados afetas aos objetivos da Frente ou de assuntos correlatos.

Ainda que a Economia Solidária tenha avançado nos últimos anos no Brasil há muito ainda por se fazer. O FBES tem claro em suas deliberações e publicações que, para a consolidação da Economia Solidária no Brasil como elemento estratégico do desenvolvimento, tanto movimentos

⁸ Os resultados do I Mapeamento podem ser visualizados no Atlas da Economia Solidária, disponível no sítio virtual do Ministério do Trabalho e Emprego.

⁹ A PUC de Belo Horizonte foi a entidade responsável pelo mapeamento nas outras regiões do Estado.

¹⁰ A Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária foi criada em 8 de maio de 2007, na Câmara dos Deputados. Do seu lançamento, participaram diversos atores sociais da Economia Solidária, inclusive a Incubadora de Empreendimentos Solidários – INES/UFU.

sociais quanto governos têm que assumir uma plataforma nacional de apoio à economia solidária composta pelos seguintes eixos estruturadores:

- Finanças solidárias (estímulo ao microcrédito, criação de um fundo nacional de apoio, criação de linhas de crédito específicas, compatibilização do nível das taxas de juros com a necessidade do desenvolvimento socioeconômico);
- Marco legal (criar o estatuto da Economia Solidária, ou seja, um conjunto de leis que reconheça os empreendimentos econômicos solidários como atores econômicos, elaboração de nova legislação sobre o cooperativismo que leve em consideração o número de participantes, a não unicidade de representação cooperativista);
- Redes de produção, comercialização, consumo (criação do Portal Brasileiro da Economia Solidária, criação de um banco nacional de iniciativas de políticas públicas e experiências bem-sucedidas sobre essa economia);
- Democratização do conhecimento e da tecnologia (promover tecnologias específicas para a Economia Solidária, aprimorar as rotinas internas dos empreendimentos que atuam nessa economia, orientar ministérios e organismos federais a fomentarem o desenvolvimento, qualificação e expansão da Economia Solidária);
- Organização social de Economia Solidária (sistematizar os mecanismos institucionais já implementados que possuem interface com a economia solidária).

A Incubadora de Empreendimentos Solidários da UFU: construção e metodologia de trabalho

A cidade de Uberlândia encontra-se localizada na região Sudeste, precisamente na região do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais. Com uma população aproximada de 600.000 habitantes, o município apresenta uma forte atividade econômica nas áreas de agropecuária, comércio e serviços. Refletindo as contradições e as dificuldades socioeconômicas da maioria das cidades brasileiras, segundo estudos realizados no ano de 2001 pelo Instituto de Economia da UFU, a pobreza atinge aproximadamente 43,30% da população de Uberlândia, sendo que 10,70% são considerados indigentes, isto é, vivem com uma renda média de R\$ 40,48 por mês. Outro aspecto significativo de grande parte da população refere-se ao fato de que 40,15% da população possui apenas o Ensino Fundamental incompleto e 10,22%, o Ensino Médio incompleto.

Além desses dados, Uberlândia reflete, em sua vida socioeconômica, o impacto da profunda concentração de renda e um mundo do trabalho precário, em que predominam baixos salários e uma ampla difusão do trabalho informal. Nesse sentido, estudo realizado por Gandolfi (2001) mostrou que o município de Uberlândia, no período recente, além de apresentar um perfil de emprego similar ao do Brasil, em que predominam baixos salários, presença dos jovens no

mercado de trabalho e a predominância do gênero masculino, principalmente na Indústria de Transformação e Comércio, também apresenta piores condições de geração de trabalho quando comparado com os indicadores econômicos de outras regiões semelhantes do país, qual seja: predomínio do tempo de serviço e da escolaridade mais baixa dos trabalhadores empregados formalmente.

Nesse contexto, constata-se que, a partir da década de 1980, a Indústria de Transformação e o setor de Construção Civil na cidade foram consideradas os segmentos que mais perderam participação no emprego formal nos últimos anos, cedendo lugar para o crescimento do emprego nos setores do Comércio e Serviços. Este movimento seguiu uma linha ascendente no decorrer dos anos, se intensificando ainda mais nos anos 1990. Na atualidade, e associado à atual política econômica, o movimento acima descrito trouxe como consequência um quadro de precariedade e instabilidade para as ocupações geradas no município (GANDOLFI, 2001).

Diante desta conjuntura, a Universidade Federal de Uberlândia - UFU, juntamente com a sociedade civil organizada, vem desenvolvendo iniciativas extensionistas voltadas para promover a inserção no mercado de trabalho dos segmentos menos favorecidos da sociedade, dentre os quais encontra-se uma grande parcela da população trabalhando sem qualquer vínculo formal e sem proteção trabalhista.

Nesse contexto, foi desenvolvida a Incubadora de Empreendimentos Solidários Populares (INES/PROEX-UFU), a qual tem como objetivos selecionar grupos sociais populares auto-gestionáveis; produzir conhecimento e tecnologia social associada aos processos de incubação de empreendimentos solidários, avaliando seu impacto social, econômico e cultural; e, inserir a comunidade discente no conhecimento e vivência da Economia Solidária como proposta alternativa de desenvolvimento econômico e social. Para tanto, os procedimentos metodológicos adotados estão fundamentados na prática da pesquisa participante, na ética da libertação e nos princípios e diretrizes advindos da teoria dos empreendimentos econômicos solidários. A orientação geral proposta é a da construção de um novo tipo de economia popular na sociedade de classes, enquanto que o processo de desenvolvimento e consolidação de um empreendimento solidário é baseado em três momentos, conforme descritos na Figura 1, indissociáveis entre si, a saber: pré-incubação, incubação propriamente dita e pós-incubação, assim delimitados:

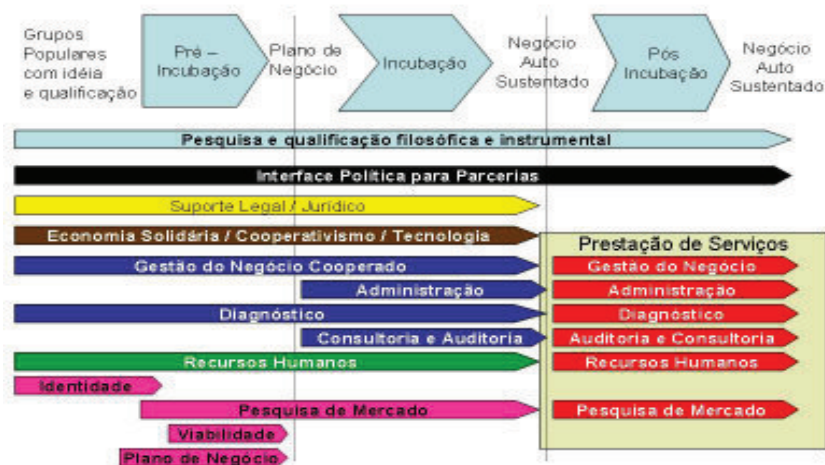


Figura 1: Processo de Incubação

- Pré-Incubação: neste estágio de desenvolvimento do processo de incubação, o objetivo é não apenas desenvolver ações coletivas de caráter diagnóstico e avaliativo, mas também dar início às atividades de construção do plano de negócios por meio da construção de relações igualitárias, democráticas e participativas. Nesse momento, faz-se o subsídio aos processos de consolidação da existência jurídica e de viabilidade econômico-financeira; análise de mercado; qualificação profissional; funcionamento administrativo; integração sócio-educativa dos cooperados, conforme as seguintes etapas:
 1. assinatura do termo de cooperação entre a Cooperativa e a UFU por meio da ICP/ PROEX UFU, para realização das atividades propostas;
 2. definição dos processos legais que garantem a existência jurídica das cooperativas;
 3. aprovação, por parte da Assembléia das Cooperativas, do plano de negócios;
 4. aprovação, por parte da Assembléia Geral, das propostas de programas de assessoria administrativa, financeira e de integração sócio-educativa elaborados pela ICP/ PROEX-UFU em conjunto com os membros do conselho administrativo das cooperativas.
- Incubação: este estágio de desenvolvimento do processo de incubação visa a implementação e o monitoramento permanente dos planos e programas elaborados e aprovados na Assembléia da Cooperativa, visando:
 1. promover o amadurecimento e a sistematização da estrutura administrativa;
 2. garantir a qualificação necessária do quadro profissional da entidade, tanto para a compreensão dos mecanismos e da dinâmica social de funcionamento da cooperativa,

quanto de sua competência técnica para atendimento adequado das demandas do mercado;

3. promover a integração das famílias dos cooperados por meio da implementação de ações sócio-educativas, culturais e de lazer;
4. inserir as cooperativas no mercado de trabalho buscando, dessa forma, garantir aos seus cooperados trabalho e renda necessária a sua subsistência e, conseqüentemente, a manutenção permanente da cooperativa, a caminho da conquista de sua sustentabilidade econômica.

O salto qualitativo para o estágio de pós-incubação encontra-se relacionado com o alcance dos seguintes indicadores avaliativos:

1. qualificação e atualização profissional de todo quadro administrativo da cooperativa;
 2. qualificação de pelo menos 80% dos quadros profissionais das cooperativas, no que diz respeito às temáticas do cooperativismo e empreendimentos solidários;
 3. estabilização do número de cooperados na entidade em pelo menos 80% do seu potencial de atendimento às demandas do mercado;
 4. qualificação e atualização em pelo menos dois cursos técnico-profissionais por ano entre 90% dos cooperados;
 5. avaliação do processo de incubação das cooperativas, considerando o tempo de incubação estabelecido no termo de cooperação institucional.
- Pós-Incubação: neste estágio de desenvolvimento das cooperativas procurar-se-á garantir, após o processo de pré-incubação e incubação, sob assessoria da ICP/PROEX-UFU, que a entidade consiga manter-se e consolidar-se como empreendimento democrático e auto-sustentável; ao mesmo tempo buscar-se-á aprofundar os estudos de pesquisa no interior da ICP/PROEX-UFU e de intercâmbio entre empreendimentos solidários relacionados com os processos de incubação de cooperativas populares semelhantes, tendo em vista, inclusive, a elaboração de um novo plano de negócios orientado para a avaliação das possibilidades de ampliação do quadro profissional da entidade, bem como da sua capacidade instalada de trabalho. Neste contexto, inicia-se e consolida-se o processo de desvinculação da Incubadora com a Cooperativa, em busca da sua auto-gestão, com processos eventuais de avaliação, qualificação profissional e monitoramento junto à Incubadora.

Finalmente, vale ressaltar que, na medida em que o processo de incubação de um empreendimento solidário se processa, torna-se fundamental tratar os processos de qualificação profissional e de integração sócio-educativa dos quadros profissionais desse empreendimento. Para isso, exige-

se um programa de qualificação permanente do quadro de profissionais envolvidos no empreendimento, incluindo seu corpo administrativo, o qual deve ser definido coletivamente por meio da implementação de um diagnóstico de demanda e de necessidades de formação profissional. Dentre as atividades previstas, num processo de incubação encontram-se:

- a) elaboração de materiais instrucionais (cartilhas, manuais de operação, apostilas, artigos, materiais audiovisuais entre outros), seguida da implementação de cursos presenciais e com tecnologia de Educação a Distância (EAD) com momentos presenciais;
- b) constituição de grupos de estudos para atendimento de demandas específicas de formação;
- c) constituição de grupos e realização de atividades coletivas de integração sócio-educativa para os familiares dos cooperados; e,
- d) organização e implementação de um ciclo de cursos, seminários e conferências orientados para a qualificação e a promoção de trocas de experiência profissional e técnica, bem como sobre temas que envolvam a Economia Solidária, em especial, o Cooperativismo e o Associativismo.

A construção coletiva da Incubadora de Cooperativas Populares na Universidade Federal de Uberlândia é fruto, em primeira instância, de uma iniciativa da Pró Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PROEX/UFU), a partir uma demanda encaminhada por solicitação da Central de Movimentos Populares do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba ao Fórum de Extensão, Culturas e Assuntos Estudantis “Olívia Calábria”, em 2002, com a finalidade de contribuir com a implementação de programas de geração de renda baseados na lógica da Economia Solidária.

O projeto iniciou-se, oficialmente, em 21 dezembro de 2004 com reuniões periódicas com representantes dos cursos de Administração, Economia, Direito, Educação, além da Divisão de Assuntos Comunitários (DIVCO/PROEX/UFU) e representantes dos movimentos populares.

A incubadora nasceu com a missão de articular as instâncias representadas pela UFU, movimentos sociais e grupos populares que possuem interesses em comum para construção de cooperativas populares auto-sustentáveis. Ela é pautada nos princípios éticos de Transparência, Solidariedade, Democracia, Igualdade e Responsabilidade utilizando, como metodologia, as orientações da Pedagogia da Libertação, do planejamento coletivo e das relações igualitárias, democráticas e participativas.

Com apoio financeiro da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e por meio de emenda parlamentar, a Incubadora, de fato, iniciou o seu funcionamento com o nome de ICP/PROEX/UFU, adquirindo equipamentos e material de consumo e contratando estagiários, com isso, incubando a sua primeira cooperativa popular, a Cooperativa dos Trabalhadores da Construção Civil de Uberlândia (COOPERCCIU).

Em julho de 2006, inicia-se a incubação de sua segunda cooperativa, a COOPERDOCE, cooperativa de gêneros alimentícios do bairro Morumbi e do assentamento urbano Zaire Rezende.

A meta da ICP/PROEX/UFU é consolidar nos próximos anos a Economia Solidária no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Na Figura 2, tem-se um exemplo de um trabalho de grupo realizado para interação das cooperadas, no qual se trabalhou a organização e o espírito de equipe na tentativa.



Figura 2: trabalho em grupo com as cooperadas da COOPERDOCE.

Na Figura 3, tem-se o resultado da discussão sobre os valores que seriam “defendidos” pelas cooperadas. Eles expressam as crenças e os princípios que norteiam as práticas da organização em seu dia-a-dia. Na figura, vale ressaltar a tradução e a interpretação dos valores organizacionais para a linguagem do grupo como, por exemplo, a Igualdade interpretada como “não querer ser melhor que a outra” ou a Sinceridade e a Transparência interpretadas como “morder a língua antes de fofocar”.

- **Companheirismo/Solidariedade:** “unidos uma às outras”;
- **Igualdade:** “não querer ser melhor que o outra” ;
- **Responsabilidade e Normas:** “cumprir os deveres e regras”;
- **Determinação:** “força de vontade para trabalhar juntas e compromisso com a qualidade”;
- **Humanismo:** “saber dividir, ter carinho e somar” ;
- **Sinceridade e Transparência:** “ser sincera com as palavras. Tomar cuidado com o que fala e sem colocar o egoísmo. Morder a língua antes de fofocar”.

Figura 3: Valores definidos pelas cooperadas (em atividade no dia 30 de outubro de 2006 como parte do processo de pré-incubação).

m termos legais, embora a Constituição Federal de 1988 estimule o associativismo como forma de organização popular, as exigências contidas na legislação infraconstitucional vigente dificultam

E a constituição de empreendimentos fora da ótica do capitalismo e da exclusão. Todos esses entraves, no âmbito da COOPERDOCE, têm feito com que as cooperadas continuem na informalidade e, principalmente, impedindo a emancipação das envolvidas enquanto cidadãs conscientes de seus direitos e obrigações.

Desde o momento da realização da Assembléia Geral de constituição do empreendimento, em 2007, o projeto encontra-se ainda em sua primeira etapa, qual seja, a obtenção do certificado na Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais, sendo estimado um tempo total de três anos para que a Cooperativa realmente exista sob o aspecto legal. Este lapso temporal, sem dúvida, vai de encontro às expectativas e necessidades das cooperadas, o que revela o descompasso entre as disposições normativas e as necessidades da população, notadamente aquela excluída do processo de acumulação capitalista.

O processo de constituição jurídica da COOPERDOCE tem revelado a dicotomia entre as disposições legais e as necessidades prementes das cooperadas, que seja a geração de trabalho e renda e a busca pela sustentabilidade. Assim, é preciso reafirmar a urgência de se estabelecer modificações no ordenamento jurídico, inclusive adequando-o não só aos próprios preceitos contidos na Constituição Federal mas, também, às necessidades da realidade social excludente brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto analisou o processo de constituição da Incubadora de Empreendimentos Solidários (INES/PROEX/UFU), considerando seu histórico e a metodologia construída para atuação. A análise realizada permite indicar que, muito mais que uma aplicação de uma metodologia pré-concebida, o processo de constituição da Incubadora tem se revelado como uma construção simultânea às cooperativas que incubava, estimulando a auto-organização dos grupos envolvidos.

Os resultados preliminares da incubação da COOPERDOCE, considerando a realidade social em que estão inseridas as cooperadas, sinalizam a viabilidade e o potencial desse tipo de empreendimento para a geração de trabalho e renda, apesar das dificuldades que se apresentam.

Deve-se destacar, também, o grande envolvimento dos estudantes que, além de aplicar parte do conhecimento adquirido durante seus cursos de graduação, têm contato com uma realidade que é, na maior parte das vezes, nova para eles, bem como participam de atividades necessariamente interdisciplinares, o que, sem dúvida, contribui para a melhoria de sua formação.

Assim, podemos afirmar que o processo vem sendo de grande aprendizado para professores, alunos e cooperadas. Além disso, tem trazido um sentimento de contribuição para a consolidação de uma alternativa de desenvolvimento econômico e de inserção social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador: SEI, v.12, n.1 p. 9-19, jun. 2002.

GANDOLFI, M. R. C. **Uma análise sobre o emprego formal no município de Uberlândia**. 2001. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

GRUPO DE TRABALHO BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Rio de Janeiro, 2003, 70p.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. **II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares**, Campinas: Unicamp, 20 mar. 2002.

MONDRAGON CORPERATION COOPERATIVES, Consejo General. Otalora: Azatza, 1997.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Guia de orientações e procedimentos do SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária**. (org.) Departamento de Estudos e Divulgação. Brasília: [s. n.], 68p.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul & SOUZA, André R., **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2003.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>> Acesso em: 05 jun. 2007.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>> Acesso em: 05 jun. 2007.